

Crepúsculos depois da meia-noite: A nova era do controle de armas e do desarmamento atômico dos EUA (1993-2010)

Diego Santos Vieira de Jesus⁷⁸

Resumo

Este artigo examina os fatores domésticos e internacionais que explicam as modificações da política dos EUA em relação ao controle de armas e ao desarmamento nucleares nas três últimas administrações. A hipótese aponta que as mudanças das decisões dos EUA resultam de alterações das preferências dos membros do Executivo em relação ao balanço entre armas ofensivas e defensivas e sistemas nucleares e convencionais, à forma e ao conteúdo dos instrumentos legais na área e ao papel da dissuasão em face das ameaças no nível internacional.

Palavras-chave: EUA; Controle de Armas; Desarmamento Nuclear.

Resumen

En él se examinan los factores domésticos e internacionales que explican los cambios de la política de EE.UU. en relación al control de armamentos y al desarme nuclear en las últimas tres administraciones. La hipótesis sugiere que los cambios en las decisiones de los EE.UU. resulta de los cambios en las preferencias de los miembros del Ejecutivo en relación al equilibrio entre los sistemas de armas ofensivas y defensivas y entre los nucleares y los convencionales, a la forma y el contenido de los instrumentos jurídicos en esa área y al papel de la disuasión frente a las amenazas internacionales.

Palabras-clave: EE.UU.; Control de Armamentos; Desarme Nuclear.

Introdução

Os EUA desenvolveram seu arsenal nuclear a fim de deter ataques e ameaças por parte de seus adversários e procuraram, em particular nos últimos vinte anos, modificar ou ajustar forças e estratégias para que os adversários temessem a ameaça norte-americana de retaliar (WOOLF, 2006). Isso pressupõe transformações da posição norte-americana em relação a alguns dos principais instrumentos jurídicos voltados para o controle e a redução de armas atômicas, como o Primeiro e o Segundo Tratados sobre a Redução de Armas Ofensivas Estratégicas (*Strategic Arms Reduction Treaties I / II*, START I - START II), o Tratado sobre Limitação de Sistemas Antimísseis Balísticos (*Anti-Ballistic Missile Treaty*, ABM) e o Tratado sobre a Proibição Completa dos Testes Nucleares (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty*, CTBT).

O objetivo deste artigo é examinar os principais fatores domésticos e internacionais que explicam as modificações e os ajustes da política dos EUA em relação aos principais instrumentos de cooperação internacional na área de controle de armas e de desarmamento nucleares nas três últimas administrações do país, depois do fim da Guerra Fria: Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2010). A hipótese que pretendo corroborar aponta que as

⁷⁸ Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio). dsvj@puc-rio.br

mudanças das decisões político-estratégicas dos EUA, nessa área, resultam das alterações das preferências dos membros do Executivo em relação ao balanço entre armas ofensivas e defensivas e sistemas nucleares e convencionais na política de segurança, à forma e ao conteúdo dos instrumentos legais para a administração dos recursos de violência e ao papel da dissuasão em face das ameaças de potências atômicas tradicionais, Estados-pária e atores não-estatais no nível internacional e das preferências da maioria do Legislativo e dos principais grupos de interesse em relação à política de segurança no nível doméstico.

A administração Clinton e o desarmamento nuclear

Os principais formuladores de decisão na administração Clinton - em particular, o Presidente, os secretários de Estado e de Defesa e o conselheiro de Segurança Nacional - tinham diferenças claras de posição com respeito à forma como poderia ser desenvolvida e desdobrada uma defesa antimísseis limitada. Porém, concordavam em alguns pontos importantes da política de segurança estratégica como a realização das reduções nucleares conduzidas por meio de acordos com níveis elevados de obrigação e precisão; a diminuição do papel das armas atômicas, agora em menor número na política de segurança, tendo como função predominante a dissuasão e sendo operacionalmente distintas do arsenal convencional; e a defesa da proibição de novos testes nucleares.

Quanto à defesa antimísil, às reduções nucleares e à forma e ao conteúdo de possíveis acordos nas conversações sobre tais reduções, é possível observar a formação de uma coalizão entre os membros da ala mais moderada da administração Clinton - com os quais o estilo político do presidente era mais compatível -, que acreditavam que a preservação e a consolidação de instrumentos jurídicos com alto nível de obrigação e de precisão eram fundamentais à manutenção da previsibilidade no relacionamento com a Rússia devido, principalmente, aos seus densos mecanismos de verificação. Tais indivíduos - em especial a secretária de Estado Madeleine Albright e o conselheiro de Segurança Nacional Samuel Berger - viam que esses instrumentos ampliavam a transparência na interação e que o enfrentamento de novas ameaças não poderia vir às custas deles. Nesse sentido, defendiam a preservação do ABM como pilar da estabilidade da relação estratégica com os EUA e a inclusão de emendas para viabilizar o desenvolvimento de sistemas defensivos de escopo limitado. Nas orientações para reduções ofensivas nucleares futuras - nas quais se cogitava, inclusive, a incorporação de sistemas não-estratégicos - instrumentos jurídicos complexos e detalhados eram previstos.

O secretário de Defesa William Cohen pressionava pela ampliação do orçamento para a defesa antimísil e almejava o desdobramento mais rápido desses sistemas, demonstrando uma

posição bem menos moderada. Porém, nesse caso, as divergências com relação ao nível de moderação e de ênfase nas propostas relacionadas à defesa antimísseis não implicavam que houvesse conflitos maiores quanto ao conteúdo da política de segurança, particularmente à necessidade de um sistema limitado para a proteção contra novas ameaças e às reduções nucleares conduzidas por meio de acordos com níveis elevados de obrigação e precisão.

No Executivo, tais divergências de Cohen eram causadas, além da questão partidária (ele vinha do Partido Republicano e ocupava o cargo numa administração democrata), pelas preferências definidas de acordo com as responsabilidades dos cargos: como o secretário de Defesa é responsável pela formulação e pela execução da política geral de defesa, ele desejava ampliar o leque de opções para lidar com ameaças que não poderiam ser contidas somente com os elementos que compunham a tríade estratégica norte-americana, até então. Como sua posição não era majoritária dentro do Executivo, sua influência sobre o resultado final acabava limitada em face daquela exercida pelos demais atores que ocupavam cargos centrais no Departamento de Estado e no Gabinete presidencial e tinham recursos, informação e apoio presidencial para implementar suas decisões.

Por sua vez, muitos congressistas democratas questionavam a urgência e a gravidade da ameaça de mísseis balísticos e a exequibilidade de uma defesa antimísseis confiável. Os membros do Partido Republicano, maioria no Congresso naquele momento, pressionavam o Executivo a fim de que atendesse às suas preferências pelo rápido desdobramento da defesa antimísseis. Grande parte deles via o ABM como um obstáculo ao desenvolvimento de sistemas necessários à segurança. O lançamento do míssil *Taepo Dong* pela Coreia do Norte sobre o Japão, em 1998, levou o Congresso a aprovar a Lei de Defesa Nacional Antimísseis de 1999, que ordenava o desdobramento de uma defesa antimíssil quando fosse tecnologicamente possível. Quanto aos sistemas ofensivos, embora muitos congressistas republicanos vissem o START II como uma garantia do compromisso de redução de armas estratégicas de forma verificável, eles se juntaram a alguns democratas a fim de impedir o presidente de reduzir unilateralmente forças estratégicas abaixo do nível do START I (KERRY; HARTUNG, 2001). Mais especificamente, durante os últimos anos da administração Clinton, o Congresso impediu que o presidente reduzisse as forças nucleares estratégicas dos EUA abaixo dos níveis especificados no START I até que o START II entrasse em vigor. A administração Clinton buscou se livrar de tal restrição, pois os custos de serviços relacionados à retenção de armas destinadas à eliminação estavam crescendo, mas os republicanos argumentavam que o presidente poderia reduzir demais as forças norte-americanas se o Congresso suspendesse a proibição (WOOLF, 2006).

Nesse jogo na arena política norte-americana, um elemento central definidor foi a mensagem do então presidente russo Boris Yeltsin de que o START II apenas poderia ser implementado sob as

condições de preservação e de interpretação estrita do ABM pelos EUA. Muitos parlamentares russos haviam expressado sérias preocupações quanto à construção de novos ICBMs de apenas uma ogiva a fim de alcançar o limite de 3.500. Esses sistemas poderiam ser eliminados para atingir o teto imaginado de 2.000-2.500 ogivas para um START III ainda a ser negociado. Outro motivo de preocupação de Yeltsin foi a capacidade significativa que os EUA tinham de retornar ogivas armazenadas para os veículos de lançamento. Para os norte-americanos, grande parte das reduções poderia ser atingida pela simples remoção de ogivas dos veículos de lançamento, enquanto a maioria dos mísseis russos seria sujeita à eliminação física. Os russos claramente se opunham a modificações significativas no ABM e viam limites sobre a Defesa Nacional Antimísseis como pré-condição para a redução do número de suas armas ofensivas desdobradas (WOLFSTHAL *et al.*, 2001). As ações do Executivo russo ampliavam a perspectiva dos membros moderados da administração Clinton de negociar medidas relacionadas à transparência para realizar reduções ainda maiores, bem como emendas ao ABM e medidas de construção de confiança para o desenvolvimento e o desdobramento de sistemas defensivos limitados.

Assim, Clinton adotou uma estratégia para minimizar as pressões dos congressistas republicanos e conquistar o apoio desses atores, consentindo com a ampliação do orçamento para a pesquisa acerca da defesa antimísseis. Ao mesmo tempo, atendendo às suas preferências e às demandas dos membros moderados de sua administração, e de grande parte dos grupos de interesse e dos membros do Executivo russo, demonstrou disposição de negociar reduções futuras de armas nucleares estratégicas e a possibilidade de emendas ao ABM para viabilizar o desenvolvimento de uma defesa limitada, se necessário. Além disso, desejava definir com os russos medidas de construção de confiança a fim de minimizar as preocupações das lideranças no Kremlin em torno das intenções norte-americanas e preservar a estabilidade no relacionamento bilateral. Porém, após a falha de um teste em julho de 2000, Clinton anunciou que não autorizaria o desdobramento da defesa antimísseis e que deixaria a decisão para seu sucessor. Quanto aos sistemas ofensivos, mesmo impedido pelo Congresso de reduzir unilateralmente forças estratégicas abaixo do nível do START I (KERREY; HARTUNG, 2001; Woolf, 2006), o presidente se comprometeu a prosseguir nas discussões com os russos com o objetivo de resolver o impasse em torno da entrada do START II em vigor e de iniciar as negociações do START III.

Já o debate sobre os testes nucleares foi marcado por profundas divisões entre os membros do Executivo e do Legislativo quanto ao CTBT. Clinton foi o primeiro líder a assinar o tratado em setembro de 1996 e o classificou como o prêmio mais dificilmente conquistado na história do controle de armas. Na visão do presidente, o tratado limitaria o desenvolvimento e a melhoria qualitativa das armas atômicas, impediria o desenvolvimento de novos tipos avançados de armamentos, contribuiria para a prevenção da proliferação nuclear e o processo de desarmamento e

fortaleceria a paz e a segurança internacionais. Gore, Albright, Cohen e Berger fizeram pronunciamentos favoráveis ao tratado, que proibiria a realização de testes nucleares (KIMBALL, 1998).

No Congresso, enquanto senadores democratas como Byron Dorgan e Joseph Biden procuravam enfatizar as virtudes do tratado e conquistar o apoio dos demais congressistas para a proibição dos testes, grande parte dos legisladores republicanos deixara claro que não apoiava o CTBT, defendendo a prontidão para a realização de testes em face da possível necessidade de se fabricarem novos *designs* de ogivas de baixa potência e de sanar deficiências nos sistemas existentes em resposta às novas ameaças enfrentadas pelos EUA no sistema internacional. O senador Jesse Helms - presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado quando o tratado foi submetido à ratificação por Clinton em setembro de 1997 - utilizou os poderes que lhe eram conferidos pelas instituições domésticas norte-americanas e, com total apoio do líder da maioria no Senado, o republicano Trent Lott, deixou claro que não tinha intenção de trazer o CTBT para consideração diante do comitê até que fossem discutidos dois outros acordos: o negociado com a Rússia em 1996 que codificava restrições sobre sistemas de defesa antimísseis para teatro de operações e o Protocolo de Kyoto à Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, negociado em 1997. Nenhum deles, até então, tinha sido transmitido para o Senado. Os legisladores republicanos sabiam que a administração Clinton tinha experiência em convencer senadores céticos ou indecisos por meio de negociações de oficiais de Gabinete para a troca de posições e de aplicação de capital político para atingir a vitória, como tinha feito no passado com questões relacionadas ao orçamento e à Convenção sobre Armas Químicas. Em face disso, republicanos como Jon Kyl e Paul Coverdell reuniram-se com colegas de partido ainda indecisos sobre o CTBT - muitas vezes levando consigo antigos funcionários do governo que se opunham ao tratado - e os trouxeram para seu lado, formando com eles uma coalizão sólida contra o tratado e o classificando como “fatalmente falho” (SCHWARTZ, 2000).

As explosões nucleares da Índia e do Paquistão, em 1998, ajudaram a convencer senadores indecisos - até então mais preocupados com outros temas de política externa como a expansão da OTAN e o conflito em Kosovo – a reconsiderassem os benefícios políticos do CTBT, que tanto os membros do Executivo indiano como os do paquistanês recusavam-se naquele momento a assinar. Em face disso, senadores republicanos argumentavam que os testes de 1998 feitos por ambos os países, tornavam o tratado irrelevante, enquanto os democratas viam o risco de uma corrida armamentista regional que incluiria Índia, Paquistão e China; por isso, tanto a Índia como o Paquistão deveriam aderir ao acordo em face das críticas da comunidade internacional e das sanções econômicas. Os testes no sul da Ásia repercutiram. Também, na opinião pública: em diversos estados norte-americanos, quanto mais cidadãos sabiam sobre tais testes, maior era seu apoio ao

CTBT (KIMBALL, 1998). Os membros do Executivo russo assinaram o CTBT, em 1996, e a ratificação foi obtida na administração Putin, em 2000. Os chineses também assinaram em 1996 e, embora ainda aguardassem a aprovação do acordo na Assembléia Popular Nacional, declararam seu total apoio ao tratado. Os membros do Executivo francês, assumindo posição semelhante às de outros membros da OTAN, destacavam que o equilíbrio estratégico global poderia ser ameaçado se a comunidade internacional não fosse bem-sucedida na tarefa de conter o ressurgimento de corridas armamentistas. Grande parte dos aliados europeus dos EUA acreditava que, mesmo após uma década do fim da Guerra Fria, tal potência continuava gastando em aparato militar como se a rivalidade com a URSS continuasse vigorando (CIRINCIONE, 2000).

Quando o debate sobre o CTBT foi finalmente realizado no Senado norte-americano, os dois principais argumentos contra o tratado, quais sejam a não-verificabilidade e a perda gradativa da confiança nas armas nucleares norte-americanas, reapareceram nas discussões sobre a proibição de testes desde a metade da década de 1950. Os oponentes do acordo conseguiram combinar os conceitos de segurança e confiança. Vários republicanos argumentaram que poucas pessoas sabiam que muitas armas correntes no arsenal norte-americano não continham todos os elementos necessários à segurança que já haviam sido criados pelos laboratórios nacionais. Assim, defendiam que a proibição de testes impediria que os EUA tornassem suas armas mais confiáveis e desestimularia a criação de melhorias nas condições de segurança. Além disso, insistiam que o país, limitado pela proibição de testes, teria dificuldade de se proteger de agressões, bem como de garantir a defesa de seus aliados. O resultado foi o veto ao CTBT pelo Senado norte-americano em outubro de 1999 (CIRINCIONE, 2000).

A administração Bush e o desarmamento nuclear

Na administração Bush, era nítido que havia diferenças de posição, no Executivo, entre seus principais membros no que diz respeito à forma como seria conduzido o desenvolvimento da defesa antimísseis, à finalidade de acordos com níveis elevados de obrigação como o CTBT e à moderação quanto à ênfase dada à autonomia estratégica. Tais atores, entretanto, concordavam na maior parte dos pontos substanciais da segurança, como a necessidade de ampliar ainda mais a flexibilidade para atender a contingências por meio do desenvolvimento e do desdobramento de opções possíveis de defesas antimísseis e da determinação da composição das forças ofensivas sem acordos que impusessem restrições excessivas à operação dessas armas, por exemplo. Concordavam também com a ênfase na segurança interna, na preparação para lidar com “ameaças assimétricas”, na ampliação de capacidades e no contrabalanço deliberado das diferentes dimensões do risco.

Quanto à defesa antimísseis, às reduções nucleares e à forma e ao conteúdo de possíveis

acordos nas conversações sobre tais reduções, é possível identificar a formação de uma coalizão entre os membros da ala menos moderada da administração Bush - com os quais o estilo político do presidente era mais compatível -, que acreditavam que os EUA precisavam de maior flexibilidade para desenvolver e desdobrar opções possíveis de defesas antimísseis e para determinar a composição das forças ofensivas, sem acordos que impusessem restrições excessivas à operação dessas armas. Nesse sentido, atores como o secretário de Defesa Donald Rumsfeld e a conselheira de Segurança Nacional - e secretária de Estado no segundo mandato de Bush - Condoleezza Rice defendiam a eliminação das barreiras trazidas pelo ABM, cogitando até mesmo a denúncia unilateral desse tratado, que acabou sendo implementada, e a busca de instrumentos mais flexíveis para a realização de reduções ofensivas estratégicas, que culminou na assinatura do Tratado sobre Reduções Ofensivas Estratégicas (*Strategic Offensive Reductions Treaty*, SORT).

Quanto aos sistemas defensivos, a administração Bush abandonou a distinção entre a defesa nacional antimísseis e a defesa antimísseis para teatro de operações, ampliando o alcance do plano ao cogitar a inclusão dos aliados no sistema e buscando cooperação com eles nessa área (YOST, 2005). Enquanto Colin Powell, secretário de Estado, defendia maior moderação nos assuntos relacionados ao ABM e ressaltava os benefícios de um acordo com nível elevado de obrigação para a realização de novas reduções ofensivas estratégicas, atores políticos como Rumsfeld e Rice consideravam o rápido desenvolvimento e desdobramento da defesa antimísseis e viam os tratados sobre controle e redução de sistemas ofensivos estratégicos assinados durante a Guerra Fria como sobras de um contexto estratégico ultrapassado que poderiam limitar excessivamente a flexibilidade dos EUA (JESUS, 2008). Como a posição de Powell não era majoritária no Executivo, sua influência sobre o resultado final era gradativamente minada em face daquela exercida pelos demais atores que ocupavam cargos centrais no Departamento de Defesa e no Gabinete presidencial.

Enquanto buscava explicitar a necessidade estratégica de defesa do país e seus aliados contra Estados-pária e grupos terroristas no nível internacional, Bush procurava simultaneamente consolidar na arena doméstica o apoio à nova visão estratégica, particularmente entre os congressistas. Os republicanos defendiam a urgência de uma estrutura capaz de lidar com novas ameaças. Cumpre destacar que a posição desses parlamentares em relação à denúncia do ABM era não só apoiar, mas encorajar tal decisão por parte de Bush. Nove senadores do partido - Trent Lott, Jesse Helms, Jon Kyl, Don Nickles, Robert Smith, Larry Craig, James Inhofe, Richard Shelby e Rick Santorum - enviaram uma carta estimulando o presidente a denunciar o ABM. Eles argumentavam que não seria plausível buscar um acordo com os russos para o teste da defesa antimísseis e, ao mesmo tempo, preservar o tratado. Dar “flexibilidade” a ele ofereceria “vida contínua a um acordo obsoleto” (BOESE, 2001; JESUS, 2005).

Todavia, um grande número de congressistas democratas – muitos informados por

especialistas de ONGs como a *Arms Control Association* e o *Carnegie Endowment for International Peace* -, não apenas problematizou a urgência da ameaça de mísseis balísticos e a confiabilidade da defesa antimísseis, mas indicou que a iniciativa de Bush de reduzir somente o número de ogivas nucleares estratégicas operacionalmente desdobradas desrespeitava a irreversibilidade das reduções. Ademais, negligenciava ogivas atômicas não-estratégicas (BOESE, 2001; JESUS, 2005). Os senadores democratas manifestavam-se de forma decisivamente crítica ao posicionamento da administração Bush nessa área, principalmente com relação à defesa antimísseis. Joseph Biden, por exemplo, duvidava que líderes de Estados-pária atacassem os EUA “da noite para o dia”, enquanto Thomas Daschle não compreendia como se poderia apoiar um programa que não funcionava. Para Richard Durbin, a postura de Bush era “um convite para uma nova corrida armamentista global”, ao passo que John Kerry concluiu que, se a defesa antimísseis ideal fosse possível, teria início uma corrida armamentista por capacidades que não pudessem ser destruídas (JESUS, 2005, p. 87).

Entretanto, existia um ponto em que tanto congressistas republicanos como democratas concordavam: a forma de possíveis acordos relacionados às reduções nucleares ofensivas. Os senadores defenderam que possíveis novos atos internacionais para reduções ofensivas estratégicas tivessem a forma de um tratado, que de acordo com as instituições norte-americanas, precisaria do consentimento de, pelo menos, dois terços dos senadores presentes para a ratificação e que poderia estar sujeito a emendas, o que limitaria a autonomia do Executivo. Os senadores Biden (democrata) e Helms (republicano) pressionaram membros da administração Bush para que um eventual acordo fosse transmitido para o conselho e consentimento para ratificação como um tratado, demonstrando que ambos os partidos defendiam as prerrogativas constitucionais do Senado. Outrossim, eles procuravam ter um papel mais assertivo nos processos que poderiam alterar o desenvolvimento e a composição das forças nucleares do país. As preferências dos senadores quanto à forma de um eventual acordo – independentemente de levarmos em conta um votante mediano democrata ou republicano – estavam mais próximas daquelas dos membros do Executivo russo, já que preferiam atos juridicamente vinculantes, com níveis mais altos de obrigação (ABOTT *et al.*, 2000).

No âmbito internacional, o presidente russo Vladimir Putin via a posição de Bush em relação ao ABM como “equivocada” e recusara insistentes propostas para uma denúncia conjunta do tratado. Contudo, ele afirmava que caso os EUA viessem realmente a denunciar unilateralmente o acordo, tal decisão não ameaçaria a Rússia, pois esse país tinha armas capazes de vencer defesas antimísseis. Contudo, isso não comprometeria o futuro da Nova Relação Estratégica entre russos e norte-americanos nem uma maior interação entre a Rússia e a OTAN (BOESE, 2002; JESUS, 2005; WOOLF, 2002). Putin ressaltou que a Rússia consideraria o START II como definitivamente morto se a denúncia do ABM fosse efetivada e que, assim, o país adquiriria o direito aos veículos de reentrada múltiplos independentemente direcionáveis (MIRVs, na sigla em inglês). Quanto às

possíveis novas reduções ofensivas, os representantes russos procurariam persuadir os norte-americanos a adotar as regras de contagem do START I, a destruir veículos de lançamento e ogivas excedentes e a inserir num possível acordo uma declaração de que a defesa antimísseis norte-americana não eliminaria a capacidade russa de dissuasão. Desejavam, assim, um acordo juridicamente vinculante que estabelecesse reduções reais, irreversíveis e significativas a 1.500 ogivas nucleares estratégicas ou menos e, ao mesmo tempo, oferecesse transparência e definisse regras de contagem e procedimentos densos para verificação. A preferência dos russos por acordos com um nível mais elevado de obrigação justificava-se pela confiança excessiva nas armas nucleares com o objetivo de compensar fraquezas no arsenal convencional, o que dificultava a aceitação de medidas tácitas (KARTCHNER; PITMAN, 2002; JESUS, 2005).

Conciliando as pressões domésticas e internacionais, Bush procurou minimizar as críticas em relação à sua posição com relação ao ABM, atuando simultaneamente em áreas temáticas relacionadas: ele destinou ainda mais verbas para a luta contra o terrorismo e ampliou a cooperação internacional no combate a tal ameaça, considerada um dos principais desafios aos EUA na opinião dos democratas. Como resultado, após os atentados de 11 de setembro de 2001, os senadores do partido optaram por não cortar 1,3 bilhões de dólares destinados à defesa antimísseis, permitindo que o presidente também os utilizasse na guerra contra o terror (BOESE, 2001). O presidente buscava, dessa forma, minimizar a oposição no nível doméstico e fortalecer o seu poder de barganha no internacional, sinalizando que os planos de desenvolvimento dos sistemas defensivos não eram guiados por uma concepção estratégica em que a Rússia era vista como a principal ameaça. Ao mesmo tempo, ele também procurava alterar as visões dos russos no jogo internacional, enfatizando a relevância da autonomia para a realização das reduções e a composição das forças ofensivas. Gradativamente, o presidente viu que sua agenda de segurança poderia ser programada mais facilmente com uma maior interação com os membros do Executivo russo. Assim, foram realizadas concessões de cada lado em áreas distintas do respectivo interesse na barganha. Bush aceitou discutir reduções ofensivas estratégicas mais densamente, não descartando a possibilidade de assinatura de um novo acordo juridicamente vinculante que não impusesse inúmeras restrições à articulação de seus sistemas, diante do consentimento, contudo, sem ter havido efetivo apoio, de Putin à denúncia do ABM (GOLDGEIER; McFAUL, 2002; JESUS, 2005).

Os norte-americanos conseguiam, assim, maior autonomia para desenvolver a defesa antimísseis, e os russos cogitavam a chance de que os norte-americanos confirmassem, possivelmente num acordo juridicamente vinculante, a realização de novas reduções ofensivas estratégicas a um nível que Putin e sua equipe fossem economicamente capazes de sustentar. Bush também se comprometera a ampliar a cooperação político-econômica com a Rússia, como a Declaração Conjunta sobre a Nova Relação Russo-Americana de novembro de 2001 deixou claro

(GOOTEMOELLER, 2001; GOLDGEIER; McFAUL, 2002; JESUS, 2005; HOLUM, 2002). Como resultado, Bush, indicando que o ABM impedia os estadunidenses de se protegerem contra ataques de mísseis, disse em dezembro de 2001 que os EUA realizariam a denúncia do tratado. Os russos não demonstraram apoio à ação, mas ofereceram seu consentimento. Putin deixou claro que a Rússia consideraria o START II, que ainda não tinha entrado em vigor, como definitivamente morto. Essa, contudo, era uma atitude mais simbólica que substantiva, pois o tratado nunca entrara em vigor e provavelmente não entraria, tendo em vista que a Rússia ligara seu destino ao do ABM. Os russos lamentaram a denúncia; todavia, argumentavam que, como ela fora efetivada, restava então minimizar as consequências adversas (BOESE, 2002; JESUS, 2005; WOOLF, 2002).

Com relação às reduções ofensivas estratégicas, o SORT representou uma síntese, em termos do conteúdo, da maior parte das propostas de Bush. Quanto à forma, ele carrega o desejo de Putin e dos senadores norte-americanos por um tratado (WOOLF, 2002; JESUS, 2008). Embora Putin quisesse provisões que refletissem o equilíbrio entre reduções ofensivas estratégicas e limites sobre defesas antimísseis potencialmente desestabilizadoras, o máximo que conseguiu obter nas negociações foi o acordo juridicamente vinculante, preservando o compromisso norte-americano de redução de ogivas mesmo após o fim da administração Bush e conseguindo um instrumento mais formal que poderia ajudá-lo a lidar com a oposição a políticas consideradas “pró-ocidentais” (HOLUM, 2002; LODGAARD, 2003; JESUS, 2008; QUINTELLA, 2002; WOOLF, 2002). Como sabiam da necessidade do apoio norte-americano para reverter o quadro de crise sociopolítica e econômica no qual seu país estava imerso naquele momento, os russos aceitaram fazer concessões, fortalecendo a cooperação política, militar e econômica, como a Declaração Conjunta sobre a Nova Relação Estratégica que complementou o SORT destacava (JESUS, 2008; KUCHINS, 2002).

Os senadores norte-americanos somente introduziram elementos modestos na resolução de ratificação e não transformaram de forma crucial o SORT. As condições e as declarações permitiam encorajar a prestação de contas e a consulta do presidente norte-americano aos parlamentares. Ao não inserirem modificações substantivas, tais congressistas evitavam que elas não fossem aceitas por Bush nem pelo Executivo e pelo Parlamento russos e assim comprometessem o tratado. Membros de ambos os partidos no Senado, principalmente os republicanos, ofereceram consentimento para a ratificação do SORT por acharem que ele permitia fortalecer a flexibilidade para estipular a composição das forças ofensivas estratégicas, sem amplas restrições à sua operação. Os democratas, apesar de satisfeitos com a forma do tratado, criticaram intensamente seu conteúdo (JESUS, 2005; 2008). Entretanto, tais senadores ofereceram consentimento para a ratificação do SORT, pois enxergavam nele uma plataforma para acordos mais substantivos (*Center for Arms Control and Non-Proliferation*, 2003; DAVIS, 2002; JESUS, 2008).

Já os debates sobre os testes nucleares foram marcados pela recusa de Bush à submissão do

CTBT para a reconsideração do Senado e, apesar da reafirmação do objetivo de não-retomada dos testes, pela busca do fortalecimento de suas condições preparatórias (YOST, 2005; JESUS, 2008). No Executivo, tal posição crítica ao CTBT era adotada por grande parte dos membros mais conservadores da administração Bush, enquanto Powell, no passado, fora um claro defensor do acordo. Já a posição de Rumsfeld remetia a pressões de diversos funcionários do Pentágono, que mostravam seu interesse em conquistar a autorização para a pesquisa sobre perfuradores nucleares, o que necessitaria de testes para a modificação de bombas. Fora do Executivo, os democratas - informados por líderes de ONGs que representavam grande parte da opinião pública em relação aos testes e que buscavam o apoio da mídia para a sua proibição - ressaltavam que a preservação da infraestrutura ampliava a possibilidade de acidente nuclear e podia ser usada por outros Estados para justificar a aquisição e a modernização de capacidades atômicas. Ao mesmo tempo, grande parte dos congressistas republicanos - informados pelos setores mais conservadores das Forças Armadas e por *think tanks* neoconservadores como a *Heritage Foundation* (SPRING, 2009) - era a favor da prontidão para testes diante da possível necessidade de produzir novas ogivas e de se resolverem problemas nas existentes (JESUS, 2008). Bush procurava convencer seus opositores de que era preciso deixar claro para Estados-pária e organizações terroristas que os EUA usariam suas armas nucleares caso considerassem necessário. Se as lideranças norte-americanas não dispusessem de sistemas atômicos de menor porte ou modificados, os inimigos poderiam ficar em dúvida sobre sua disposição de conduzir um ataque. Nesse sentido, para Bush e funcionários do Departamento de Defesa, os esforços de modernização reforçariam a dissuasão ao modificarem a percepção do adversário acerca daquilo que os EUA estariam dispostos a fazer em um contexto de crise (JESUS, 2008).

No plano externo, o diretor-geral da AIEA, Mohamed ElBaradei e líderes de Estados membros da OTAN não-detentores de armas nucleares e do Movimento Não-Alinhado emitiam críticas pesadas ao fato de que alguns países continuavam confiando em sistemas atômicos para a manutenção da segurança, desenvolvendo planos para a sua utilização e, com isso, podendo originar uma nova corrida armamentista. Apesar de procurar consolidar a cooperação com os Estados Unidos, Putin sinalizava que, se os norte-americanos fortalecessem a qualidade dos seus armamentos, a Rússia necessitaria desenvolver uma geração ainda mais avançada de armas e tecnologia (BOESE, 2005; JESUS, 2008). Além disso, lideranças da Índia e do Paquistão tinham manifestado que não realizariam mais testes, ao passo que os chineses ainda não tinham ratificado o CTBT. Embora muitos Estados signatários tivessem dado passos expressivos na direção do preenchimento dos requisitos para a entrada do tratado em vigor e a Comissão Preparatória da Organização do CTBT tivesse avançado no desenvolvimento de um sistema denso de verificação, Bush não alterou sua posição quanto ao acordo. Boa parte da comunidade internacional elogiou a

moratória voluntária de testes, mas reafirmou que ela não substituiria a necessidade da entrada de um tratado em vigor (KIMBALL, 2005; JESUS, 2008). Grande parte dos membros da equipe de Bush procurou novamente mediar as pressões internas e externas. O presidente sustentava suas preferências contrárias ao CTBT e atendia aos interesses dos membros mais conservadores de seu governo e de grande parte dos congressistas republicanos na preservação da flexibilidade para a fabricação de novos sistemas. Ao mesmo tempo, mantinha a moratória voluntária de testes, o que era bem recebido por grande parte da comunidade internacional e dos seus opositores domésticos, enquanto ganhava tempo para buscar convencer os críticos de que o CTBT trazia obstáculos à modernização atômica.

A administração Obama e o desarmamento nuclear

Desde 2009, uma mudança na direção da política dos EUA com relação ao controle de armas e ao desarmamento nuclear parece estar ocorrendo. Com o início do mandato de Barack Obama como presidente, em janeiro daquele ano, ele e os membros de sua equipe indicaram a intenção de reverter algumas das principais políticas da Era Bush nessas áreas. No Executivo norte-americano, os principais atores concordavam na maior parte dos pontos substanciais da segurança, como a negociação de novos acordos densos para o controle e a redução de armas nucleares estratégicas com a Rússia, a limitação responsável do papel das armas nucleares na política de segurança e a busca da ratificação do CTBT pelo Senado.

Quanto à negociação de novos acordos sobre controle e redução de sistemas atômicos estratégicos com a Rússia, Obama e a secretária de Estado Hillary Clinton, bem como outros membros do Executivo, disseram que desejavam mais reduções, em especial porque o START I expirou em dezembro de 2009. Clinton inclusive sinalizava que a não-proliferação nuclear e as negociações sobre reduções ofensivas estratégicas eram sua “mais alta prioridade” (HARVEY, 2009).

No nível internacional, embora ainda ressaltasse a importância das armas nucleares não-estratégicas na política de segurança em face da superioridade do arsenal convencional norte-americano, do alargamento da OTAN e da presença de sistemas atômicos dos EUA no território de países europeus, o novo presidente russo Dmitri Medvedev enfatizou o comprometimento de seu país com a busca do desarmamento nuclear sob o Artigo VI do TNP (KELLEHER; WARREN, 2009). Quanto às negociações de um novo tratado sobre reduções ofensivas estratégicas com os EUA, o presidente russo ressaltava que ambos os países estavam reforçando seu compromisso em atingir um mundo livre de armas nucleares, aspiração constantemente ressaltada por Obama. Nas palavras de Clinton, arsenais enormes como na Guerra Fria não eram necessários para proteger os

EUA e seus aliados das ameaças principais do mundo contemporâneo: a proliferação nuclear e o terrorismo (KIMBALL, 2010). Segundo Collina (2009), os russos viam positivamente a disposição dos norte-americanos de negociar questões também relacionadas a veículos de lançamento com capacidade atômica, como ICBMs que poderiam ser armados com ogivas não-nucleares, e desejavam que esse novo tratado trouxesse uma ligação clara e explícita entre as armas ofensivas e o desdobramento da defesa antimísseis na Polônia e na República Tcheca. Entretanto, era improvável que se tocasse nessa ligação no novo acordo sobre armas ofensivas estratégicas em face dos obstáculos que poderia causar à ratificação desse novo tratado no Senado norte-americano. Ainda assim, uma declaração conjunta assinada pelos presidentes em julho de 2009 ligava ambos os temas, mas não os incorporava no texto de um novo ato juridicamente vinculante. No mesmo mês, Medvedev e Obama assinaram um acordo definindo as provisões do novo tratado, que poderia apontar para a redução de arsenais estratégicos desdobrados a 1.500-1.675 ogivas e 500-1.100 veículos de lançamento, o que representava uma redução ainda maior do que aquela prevista no START I e no SORT (COLLINA, 2009).

Esse novo tratado foi concluído após um ano de intensas negociações entre norte-americanos e russos, permeadas por altos e baixos. O Novo START limita cada lado a não mais que 700 veículos de lançamento estratégicos nucleares desdobrados e 1.550 ogivas estratégicas desdobradas, o que representa uma redução de 30% em relação aos limites de ogivas existentes em 2010. Tal tratado também substituiu o regime de verificação do START I por um sistema mais efetivo e atualizado para o monitoramento da aquiescência nos seus dez anos de vida, podendo ser prorrogado por mais cinco. As reduções devem estar completas dentro de sete anos depois da entrada do tratado em vigor. Com isso, Obama e os membros de sua administração têm a intenção de restabelecer uma maior previsibilidade no relacionamento bilateral com a Rússia em padrões distintos aos buscados por Bush, reforçando o compromisso de fortalecimento do TNP na sua próxima Conferência de Revisão, em maio de 2010 (COLLINA, 2010; KIMBALL, 2010).

A assinatura do novo tratado representa para os membros da administração Obama somente o primeiro passo na busca da redução do número e do papel das armas nucleares, tendo em vista sua aspiração a retomar as consultas para uma próxima rodada de negociações com os russos a fim de discutirem a eliminação verificável de ogivas estratégias e não-estratégicas, desdobradas ou não, e a convidar outros Estados a se engajarem em negociações com o objetivo de ampliar a transparência sobre as capacidades nucleares, a confiança e a eliminação das armas atômicas. No nível doméstico, além de contar com o apoio de grande parte dos congressistas democratas e das ONGs ligadas à área de controle de armas e de desarmamento, Obama e sua equipe empenharam-se em mobilizar os senadores para que considerassem e aprovassem o acordo até o fim de 2010, enfatizando, particularmente, o apoio do secretário de Defesa Robert Gates - no cargo desde 2006 - e de

importantes republicanos, como os ex-secretários de Estado George Shultz e Henry Kissinger e o senador Richard Lugar, membro do Comitê de Relações Exteriores (KIMBALL, 2010).

Além disso, senadores republicanos (como Jon Kyl) continuaram a criticar possíveis negociações sobre limitações de programas de defesa antimísseis e a verificação do Novo START. Na barganha internacional com os russos, Obama levou em conta a preferência destes, tendo em vista a recusa a propostas dos negociadores de Moscou sobre limitações em torno dos desdobramentos da defesa antimísseis destinada a conter mísseis de pequeno e de médio alcance do Irã. Como acordos anteriores, o Novo START apenas reconhece a relação entre armas ofensivas e defensivas na linguagem preambular e, quanto à verificação, conta com um método de verificação mais efetivo e transparente que exige trocas mais rápidas de informação que o START I, bem como novas técnicas de identificação dos veículos de lançamento e dos níveis de desdobramento de ogivas (KIMBALL, 2010).

Quanto ao CTBT, Clinton declarou que a administração Obama trabalharia intensivamente com os senadores a fim de oferecer a eles garantias quanto às questões técnicas, como a verificação da proibição dos testes. A secretária de Estado também declarou que o governo solicitaria ao Congresso a contribuição completa dos EUA ao Sistema de Monitoramento Internacional da Organização do CTBT (HARVEY, 2009). Contudo, senadores republicanos exerceram pressão sobre o Executivo alegando que as reduções imaginadas no Novo START seriam imprudentes se não houvesse mais verbas para a busca de uma “nova ogiva”, ao passo que democratas e ONGs argumentavam que os laboratórios de armas atômicas dos Estados Unidos tinham recursos necessários para manter a confiabilidade dos principais tipos de ogiva por meio de programas de extensão da vida dessas cabeças, de forma que novos *designs* de sistemas e a retomada de testes nucleares seriam tecnicamente desnecessários e minariam os esforços de não-proliferação dos EUA. Em face das pressões domésticas, a administração Obama solicitou a ampliação de 10% do orçamento para a modernização da infraestrutura de sistemas atômicos (KIMBALL, 2010).

Considerações finais

Embora as decisões da administração Obama na área nuclear até o momento tenham apontado para uma redução do papel dos sistemas atômicos na política de segurança e para um desarmamento efetivo, ainda é cedo para precisar seus efeitos mais substantivos. Contudo, ao menos em nível retórico, já simbolizam alterações em relação à administração Bush e também apontam para a solução de falhas presentes nas políticas de Bill Clinton, particularmente a busca de mecanismos mais sólidos na construção de consensos domesticamente acerca dos pontos da agenda nuclear.

Porém, não é possível se deixar cegar pelas luzes ofuscantes de uma “nova era do desarmamento nuclear” dos EUA. A importância das armas nucleares na garantia de segurança dos Estados é reconhecida por mais de seis décadas, e tais sistemas ainda são considerados fundamentais por diversas lideranças norte-americanas. Cumpre lembrar que seu uso para a contraproliferação preemptiva - como cogitada durante a era Bush e agora questionada por membros da administração Obama, mas ainda defendida por vários republicanos - teria consequências bastante dramáticas para o papel da grande potência no mundo, não apenas porque isso questiona o *status* moral do país, mas porque se torna qualitativamente cada vez mais difícil deter ataques de armas de destruição em massa por organizações terroristas - mesmo que muitos especialistas os considerassem improváveis - do que por Estados-pária. Ademais, as motivações subjacentes dessa ameaça - como a corrupção, a pobreza e os conflitos religiosos - também precisariam ser enfrentadas (HUNTLEY, 2006).

Referências

ABBOTT, K.; KEOHANE, R.; MORAVCSIK, A.; SLAUGHTER, A.-M.; SNIDAL, D. The concept of legalization. In **International Organization**, v.54, n.3, p. 401-419, 2000.

BOESE, W.. Bush administration aims to get rid of ABM Treaty. In **Arms Control Today**, v.31, n.7, set. 2001. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2001_09/abmsept01.asp>. Acesso em 24 jul.2004.

_____. Bush announces U.S. intent to withdraw from ABM Treaty. In **Arms Control Today**, v.32, n.1, jan./fev. 2002. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2002_01-02/abmjanfeb02.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

_____. Bunker buster future uncertain. In **Arms Control Today**, v.35, n.6, jul./ago.2005. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2005_07-08/Bunker_Buster.asp>. Acesso em 11 jul. 2006.

CENTER FOR ARMS CONTROL AND NON-PROLIFERATION. **Briefing book on the Bush-Putin Summit and the U.S. Nuclear Posture Review**. Washington, D.C., 2002. Disponível em: <<http://www.armscontrolcenter.org/2002summit>>. Acesso em 26 jul. 2004.

_____. **Briefing book on Strategic Offensive Reductions Treaty or Treaty of Moscow**. Washington, D.C., 2003. Disponível em: <<http://www.clw.org/control/sort-briefing-book.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2004.

CIRINCIONE, J. The assault on arms control. In **Bulletin of the Atomic Scientists**, v.56, n.1, p.32-36, jan./fev. 2000.

CIRINCIONE, J.; GRONLUND, L.; KIMBALL, D.G.; RHINELANDER, J. ABM Treaty withdrawal: neither necessary nor prudent. In **Arms Control Today**, v.32, n.1, jan./fev. 2002. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2002_01-02/pressconjanfeb02.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

COLLINA, T. Z. Administration pushes to finish “new START”. In **Arms Control Today**, v.39, n.7, set. 2009. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2009_09/START>. Acesso em 18 nov. 2009.

_____. New START to be signed April 8. In **Arms Control Today**, v.40, n.3, abr. 2010. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2010_04/NewSTART>. Acesso em 4 abr. 2010.

COLLINA, T. Z.; WOLFSTHAL, J.B. Nuclear terrorism and warhead control in Russia. In **Arms Control Today**, v.32, n.3, abr. 2002. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2002_04/colwolfapril02.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

DAALDER, I.H.; LINDSAY, J.M. One-day wonder: the dangerous absurdity of the Bush-Putin arms treaty. In **The American Prospect**, v.13, n.15, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.prospect.org/print/V13/15/daalder-i.html>>. Acesso em 26 jul. 2004.

DAVIS, R. A. Nuclear offensive arms reductions – past and present. In **U.S. Foreign Policy Agenda**, v.7, n.2, jul. 2002. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0702/ijpe/davis.htm>>. Acesso em 27 jul. 2004.

GOLDGEIER, J.; MCFAUL, M. George W. Bush and Russia: the great reversal. In **Current History**, v.101, n.657, out. 2002. Disponível em: <http://www.currenthistory.com/pdf_files/101/657/101_657_313.pdf>. Acesso em 26 jul. 2004.

GOTTEMOELLER, R. Offense, defense, and unilateralism in strategic arms control. In **Arms Control Today**, v.31, n.7, set. 2001. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2001_09/gottemoellersept01.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

HARVEY, C. Obama sets new course on arms control. **Arms Control Today**, v.39, n.2, mar. 2009. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2009_03/Obama>. Acesso em: 18 nov. 2009.

HOLUM, J. Assessing the new U.S.-Russian pact. In **Arms Control Today**, v.32, n.5, jun. 2002. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2002_06/holumjune02.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

HUNTLEY, W. L. Threats all the way down: US strategic initiatives in a unipolar world. In **Review of International Studies**, n.32, p.49-67, 2006.

ISAACS, J. A political decision. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v.56, n.2, p.22-25, mar/abr.2000.

JESUS, D. S. V. **Além da Guerra Fria**: a maximização da flexibilidade estratégica norte-americana e o Tratado de Moscou (2002). Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. Treze passos para o Juízo Final: a nova era do desarmamento nuclear dos Estados Unidos e da Rússia. In **Contexto Internacional**, v.30, n.2, p.399-466, maio/ago. 2008.

JOHNSON, R. NPT 2000: implementing the disarmament pledges. In **Disarmament Diplomacy**, n.48, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd48/48npt.htm>>. Acesso em 11 jul. 2006.

_____. Laying substantive groundwork for 2010: report of the 2009 NPT PrepCom. In **Disarmament Diplomacy**, n.91, verão 2009. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd91/91npt.htm>>. Acesso em 18 nov. 2009.

KARTCHNER, K. M.; PITMAN, G. R. Alternative approaches to arms control in a changing world. In **Disarmament Diplomacy**, n.62, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd62/62op1.htm>>. Acesso em 25 jul. 2004.

KELLEHER, C. M.; WARREN, S.L. Getting to zero starts here: tactical nuclear weapons. In **Arms Control Today**, v.39, n.8, out. 2009. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2009_10/Kellher>. Acesso em 18 nov. 2009.

KERREY, R.; HARTUNG, W.D. Toward a new nuclear posture: challenges for the Bush administration. In **Arms Control Today**, v.31, n.3, abr. 2001. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2001_04/kerrey.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

KIMBALL, D. G. Holding the CTBT hostage in the Senate: the 'stealth' strategy of Helms and Lott. In **Arms Control Today**, v.28, n.5, jun./jul.1998. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/1998_06-07/kimjj98>. Acesso em 1 dez. 2008.

_____. A beginning, not an end. In **Arms Control Today**, v.32, n.5, jun. 2002. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2002_06/focjune02.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

_____. Keeping test ban hopes alive: the 2005 CTBT Entry-into-force Conference. **Disarmament Diplomacy**, n.81, inverno 2005. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd81/81dk.htm>>. Acesso em 16 jul. 2006.

_____. Next steps on New START. In **Arms Control Today**, v.40, n.3, abr. 2010. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2010_04/Focus>. Acesso em 4 abr. 2010.

KIMBALL, D. G.; KUCIA, C. New nuclear policies, new weapons, new dangers. In **Arms Control Today**, v.33, n.3, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/newnuclearweaponsissuebrief.asp>>. Acesso em 24 jul. 2004.

KUCHINS, A.C. Explaining Mr. Putin: Russia's new nuclear diplomacy. In **Arms Control Today**, v.32, n.8 out. 2002. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2002_10/kuchinsoct02.asp>. Acesso em 24 jul. 2004.

LODGAARD, S. Good news for non-proliferation? The changing relationship between Russia, NATO and the NPT. **Disarmament Diplomacy**, n.69, fev./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd69/69op02.htm>>. Acesso em 25 jul. 2004.

MENDELSON, J. Still bound. In **Bulletin of the Atomic Scientists**, v.56, n.1, p.42-43, jan./fev.2000. Disponível em: <http://www.thebulletin.org/article.php?art_ofn=jf00mendelsohn>. Acesso em 21 nov. 2008.

QUINTELLA, T. M. A Rússia e o Ocidente na Pós-Pós-Guerra Fria. In **Panorama da Conjuntura Internacional**, n.14, jul./set. 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama.html>>. Acesso em 15 out. 2003.

SCHEINMAN, L. Disarmament: have the five nuclear powers done enough? In **Arms Control Today**, v.35, n.1, jan./fev.2005. Disponível em: <http://www.armscontrol.org/act/2005_01-02/Scheinman.asp>. Acesso em 11 jul. 2006.

SCHWARTZ, S.I. Outmaneuvered, outgunned, and out of view. In **Bulletin of the Atomic Scientists**, v.56, n.1, p.24-31, jan./fev.2000.

SIMS, J. E. Domestic factors in arms control: the U.S. case. In LARSEN, J. (Ed.) **Arms control: cooperative security in a changing environment**. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002, p.55-78.

SPRING, B. Incompatible pronouncements on the future of the U.S. nuclear force. **WebMemo**, n.2400, 20 abr. 2009. Disponível em: <[http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/issues/policy/us-nuclear-policy/strategy/wm_2400\[1\].pdf](http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/issues/policy/us-nuclear-policy/strategy/wm_2400[1].pdf)>. Acesso em 15 dez. 2009.

SPRING, B.; GUDGEL, K. The role of nuclear weapons in the 21st century. **The Heritage Foundation website**, 13 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/nationalsecurity/wm721.cfm>>. Acesso em 15 dez. 2009.

WOLFSTHAL, J.B.; CHUEN, C.-A.; DAUGHTRY, E.E. (Eds.) **Nuclear status report: nuclear weapons, fissile material, and export controls in the former Soviet Union**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2001. Disponível em: <<http://www.ceip.org/files/pdf/Status.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2004.

WOOLF, A. F. **Nuclear arms control: the Strategic Offensive Reductions Treaty**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, The Library of Congress, 2002.

_____. **U.S. nuclear weapons: changes in policy and force structure**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, The Library of Congress, 2006.

YOST, D.S. New approaches to deterrence in Britain, France, and the United States. In **International Affairs**, v.81, n.1, p.83-114, 2005.